

AS CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO E DO ESTADO EM PORTUGAL: A PASSAGEM DE GRUPOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DOMINADOS PELO CAPITAL PORTUGUÊS A GRUPOS DOMINADOS PELO CAPITAL MULTINACIONAL, E DE UM ESTADO PROTETOR A UM ESTADO SUBSERVIENTE¹

LAS CARACTERÍSTICAS DEL CAPITALISMO Y DEL ESTADO EN PORTUGAL: EL PASO DE LOS GRUPOS ECONÓMICOS Y FINANCIEROS DOMINADOS POR EL CAPITAL PORTUGUÉS PARA GRUPOS DOMINADOS POR EL CAPITAL MULTINACIONAL, Y DE UN ESTADO PROTECTOR PARA UN ESTADO SUBORDINADO

CHARACTERISTICS OF CAPITALISM AND OF STATE IN PORTUGAL: PASSAGE OF ECONOMIC AND FINANCIAL GROUPS DOMINATED BY THE PORTUGUESE CAPITAL FOR GROUPS DOMINATED BY MULTINATIONAL CAPITAL, AND OF A PROTECTOR STATE FOR A SUBSERVIENT STATE

Eugénio Rosa²

Resumo: O artigo analisa as características do capitalismo na formação social portuguesa, considerando os grupos económicos em Portugal antes e depois do 25 de Abril. Detalhando as características destes grupos económicos, o autor conclui que os principais acionistas da maioria dos grupos económicos e financeiros que operam em Portugal, são grupos transnacionais, alguns empresas pertencentes a Estados estrangeiros e outros grandes grupos económicos e financeiros operando à escala global. Nestas condições, o papel do Estado, face à fragilidade perante estes grupos, é de simples serventuário e executor de políticas ditadas diretamente por esses grupos ou, indiretamente, por organismos internacionais que representam e defendem os seus interesses, como são o FMI, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, mesmo a OCDE, etc. Defende que perante a globalização crescente e o aumento das ameaças de todo o tipo, precisa-se em Portugal de um Estado forte que defenda a soberania nacional, capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento sustentado do país, e que defenda os portugueses das ameaças e ataques constantes a uma vida com um mínimo de dignidade humana.

Palavras-Chave: Portugal; formação social; grupos económicos; Estado.

Resumen: El artículo analiza las características del capitalismo en la formación social portuguesa, teniendo en cuenta los grupos económicos en Portugal, antes y después del 25 de abril. Detallar las características de estos grupos económicos, el autor llega a la conclusión de que los principales accionistas de la mayoría de los grupos económicos y financieros que operan en Portugal, son los grupos transnacionales, algunas empresas pertenecientes a los Estados extranjeros y otros grupos económicos y financieros importantes que operan a escala mundial. De acuerdo con ello, el papel del Estado, dada la fragilidad hacia estos grupos es albacea políticas simples y serventuário dictadas por estos grupos directa o indirectamente, de las organizaciones internacionales que representan y defienden sus intereses, al igual que el FMI, la Comisión Europea, el Banco Mundial, incluso la OCDE, etc. Sostiene que, dada la creciente globalización y el aumento de las amenazas de todo tipo, ya sea en Portugal necesita un Estado fuerte para defender la soberanía nacional, capaz de promover el crecimiento y el desarrollo sostenido del país, y para defender las amenazas portuguesas y los constantes ataques a la vida con un mínimo de dignidad humana.

Palabras clave: Portugal; capacitación social; grupos económicos; Estado.

Abstract: The paper analyzes the capitalism characteristics in the Portuguese social formation, considering economic groups in Portugal before and after of April 25. Detailing the characteristics of these economic groups, the author concludes that the principal shareholders of most economic and financial groups operating in Portugal, are transnational groups, some companies belonging to foreign States and other large economic and financial groups operating on a global scale. Accordingly, the State role, given the fragility towards these groups, is of simple server and executor of policies dictated by these groups directly or, indirectly by international organizations that represent and defend their interests, like the IMF, the Commission European, the World Bank, even the OECD, etc. Argues that given the growing globalization and increased threats of all kinds, one needs in Portugal is a strong State that defend the national sovereignty, able of promote the growth and sustained development of the country, and to defend the Portuguese of threats and constant attacks to a life with a minimum of human dignity.

Keywords: Portugal; training social; economic groups; State.

O estudo dos grupos económicos em Portugal antes e depois do 25 de Abril, permite ficar a conhecer não só as suas diferenças, que são importantes, mas também as características do capitalismo português num e no outro período, bem como do Estado.

Se analisarmos a economia portuguesa anterior ao 25 de Abril, rapidamente concluímos que era dominada por 8 grupos económicos de maior dimensão – CUF; Champalimaud; Banco Português do Atlântico; Banco Nacional Ultramarino; Banco Borges e Irmão; Banco Fonsecas e Irmão; Espírito Santo; Banco Pinto de Magalhães – a que se juntavam outros oito grupos de menor dimensão, a saber: Banco Intercontinental Português (BIP) (Jorge Brito); Banco da Agricultura; Sociedade Anónima de Combustíveis e Óleos Refinados (Sacor); Sociedade Central de Cervejas; Conde da Caria; Sociedade Nacional de Petróleos (SONAP); Entreposto; e o grupo ITT.

A primeira característica importante destes grupos que dominavam a economia e a sociedade portuguesa antes do 25 de Abril era a de serem grupos ou industriais-financeiros, como o grupo CUF e o grupo Champalimaud, pois eram grupos que se constituíram com base em grandes empresas industriais alargando-se depois ao setor financeiro com a criação de bancos e seguradoras, ou então eram grupos financeiros-industriais como o Banco Privado Atlântico (BPA), Banco Nacional Ultramarino (BNU) que, tendo como cabeça bancos, depois se alargaram à indústria; portanto, grupos com características diferentes dos grupos económicos e financeiros atuais.

A segunda característica importante dos grupos económicos e financeiros existentes até ao 25 de Abril, que também os diferenciava dos grupos atuais, era o facto de que eles eram, na sua esmagadora maioria, de capital nacional, muitas deles tendo como base famílias, e não se abriram ao capital exterior. E isto apesar de algumas poucas exceções. É por esta razão que muitos deles se encontravam descapitalizados, situação que se tornou clara mais tarde. É evidente que pelo facto da maioria deles ser exclusivamente de capital nacional facilitou depois a sua nacionalização.

Como consequência das características dos grupos económico e financeiros que dominavam a economia portuguesa no período anterior ao 25 de Abril, o Estado, embora apoiando-se e defendendo os seus interesses, era essencialmente *um Estado protetor dos grupos económicos e deste tipo de capitalismo atrasado e nacionalista, que utilizava a violência contra os trabalhadores e os povos das colónias, tendo sido por isso designado, com propriedade, por Estado terrorista.* São exemplos deste Estado protetor a lei do condicionamento industrial, a reserva do mercado colonial para estes grupos, não só como fonte barata de matérias primas, mas também como mercado para escoar os seus produtos muitos deles de deficiente qualidade; a que se juntava a

proibição e a repressão violenta dos sindicatos e partidos políticos com o objetivo de garantir mão-de-obra barata e dócil, sujeita a uma elevada exploração.

A revolução de Abril e fundamentalmente as nacionalizações dos principais grupos alterou profundamente esta realidade, sendo eliminada assim base económica do fascismo.

Num curto período de tempo (Março de 1975 - julho de 1976), por decisão do Conselho da Revolução e do III Governo Provisório de Vasco Gonçalves, foram nacionalizados, com forte apoio popular, os principais bancos, companhias de seguros, empresas de energia (produção, distribuição de gás e eletricidade), de transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo, marítimo), construção e reparação naval, siderurgia, papel e pasta de papel, cimento, vidro, petroquímica, cervejeira, etc., ou seja, as empresas estratégicas controladas pelos grupos económicos, que constituíam a base económica do fascismo em Portugal, e com elas foi constituído o chamado “grupo Estado”.

Desta forma, o poder económico e político dos grandes grupos económicos e financeiros foi liquidado em Portugal. Seguidamente teve lugar a reconfiguração e recomposição do “grupo Estado” através de absorção e fusão de empresas. É importante recordar todo este processo e seus resultados porque são precisamente as grandes empresas assim criadas que, ao serem reprivatizadas, constituem a origem da maioria dos principais grupos económicos que atualmente dominam a economia e a sociedade portuguesa. Repetindo, a absorção e a fusão de empresas resultantes desse processo de recomposição do “Grupo Estado”, levou à criação de grandes empresas que, quando privatizadas, foram a base da maioria dos grupos económicos que atualmente dominam a economia e a sociedade portuguesa.

Assim, a *Energias de Portugal (EDP)* resultou da fusão da Companhia Portuguesa de Eletricidade, da Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal (CHENOP), da Companhia Elétrica das Beiras, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERGE), etc.; a *PORTUGAL TELECOM* resultou da fusão da Telecom Portugal, da Empresa Pública Telefones de Lisboa e Porto (TLP), da Teledifusora de Portugal (TDP) e da Marconi; a *Petróleos de Portugal (PETROGAL)* resultou da fusão da Sacor, Petrosul, Sonap, e Cidla; a *Cimentos de Portugal (CIMPOR)* resultou da fusão da Companhia Industrial de Cimento do Sul (Cisul), Cinorte, Cimentos de Leiria, Cimentos do Tejo, da Sagres, Cibra, Companhia de Cravões e Cimento do cabo Mondego; a *Empresa Produtora de Pasta e Papel (PORTUCEL)* resultou da fusão da Companhia Portuguesa de Celulose, Sociedade Industrial de Celulose (Socel), Empresa de Celulose do Tejo (Celtejo), Celulose do Norte (Celnorte), Celulose do Guadiana; a *TABAQUEIRA* absorveu a Empresa Industrial de Tabacos (INTAR); a *IMPERIO* absorveu as Companhias de Seguros Tagus e Douro; a *RODOVIÁRIA NACIONAL* resultou da fusão de todas as empresas de transportes de passageiros nacionalizadas (Claras, Cândido Belo, Transul, Boa Viagem, etc.); a *União Cervejeira (UNICER)* resultou da fusão da Companhia União Fabril Portuense (CUFP), Companhia Portuguesa de Cervejas (Copeja) e Imperial; a *Central de Cervejas (CENTRALCER)* da fusão da Sociedade de Cervejas e da Cervejas de Portugal (Cergal); etc., etc.. A nível da banca comercial também se verificaram absorções importantes que reduziram o número dos bancos existentes aumentando a sua dimensão, processo que continuou dando origem aos principais grupos financeiros atuais. Portanto, foram as empresas assim

constituídas neste período que, aquando da sua privatização, deram origem a muitos dos grupos económicos e financeiros atuais.

A análise da estrutura atual da economia portuguesa mostra que os principais setores estratégicos são dominados, não por monopólios, mas sim por oligopólios. Portanto, caracterizar a situação como “capitalismo monopolista de Estado” não corresponde com rigor, a nosso ver, à situação atual. De acordo com a investigação que realizamos (dados 2010-2012), cujos resultados foram publicado no livro “Os Grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização”) concluímos o seguinte:

- 83,9% do mercado bancário, 73,6% do mercado segurador, 75% do mercado dos fundos de pensões, 88% dos fundos de investimento mobiliário, 45% dos fundos imobiliários e 64% dos ativos das empresas de gestão de património são controlados pelos cinco principais grupos financeiros (Caixa Geral de Depósitos (CGD), Banco Espírito Santo (BES), Banco Comercial Português (BCP), Banco Português de Investimento (BPI) e Santander-Totta);
- 88% do segmento de mercado do telefone fixo é controlado por 3 grupos económicos; 100% do segmento de mercado do telefone móvel é controlado por 3 grupos económicos; 2 grupos controlam 80% do segmento de acesso à Internet e 88% do serviço de TV;
- Um grupo, agora já privatizado (antes do Estado) – os Correios de Portugal (CTT) – controla 36% do correio expresso e 94% do correio não expresso;
- Dois grupos económicos controlam 79% da produção de eletricidade em Portugal; um grupo controla 52% da distribuição de eletricidade; e 3 grupos controlam 92% da comercialização da eletricidade;
- Dois grupos económicos controlam 100% do mercado do gás, e 3 grupos controlam entre 60% e 70% do mercado dos combustíveis;
- Dois grupos económicos controlam 100% do mercado do cimento em Portugal;
- Dois grupos económicos controlam entre 82% e 91% do mercado da pasta do papel e do papel em Portugal;
- Que 7 grupos económicos controlam 72% da distribuição alimentar e não alimentar em Portugal;
- Em média cerca de 57% dos segmentos de mercado da produção de produtos alimentares e não alimentares de grande consumo são controlados, cada um deles, por 3 ou menos grupos económicos, sendo dos 111 grupos dominantes em 18 segmentos de mercado apenas 22, ou seja, 20% portugueses;
- Três grupos económicos controlem 70% da saúde privada em Portugal;
- Quatro grupos de media controlem 99% do mercado da comunicação social;
- Que um grupo económico controla 57% da exportação de cortiça.

Portanto, a concentração em Portugal, e o domínio dos setores estratégicos pelos grupos económicos é extremamente elevado, mesmo superior à verificada em muitos países europeus. Basta dizer

que já em 2010, os cinco maiores bancos a operar no nosso país controlavam mais de 70% do crédito concedido, enquanto a média na União Europeia era inferior a 50%.

Uma característica que diferencia os grupos económicos e financeiros atuais dos existentes até ao 25 de Abril é a sua “*especialização*”. Contrariamente ao que se verificava anteriormente em que os principais grupos económicos eram essencialmente *industriais-financeiros* ou *financeiros-industriais*, os atuais são essencialmente grupos financeiros ou grupos industriais, ou de serviços; por outras palavras verifica-se uma especialização o que contribui para aumentar o seu controlo no segmento de mercado onde operam. E apesar das participações cruzadas que existem entre vários deles aquela característica continua a ser dominante.

Em resumo, os principais setores da atividade económica, muito deles estratégicos para o crescimento económico e para o desenvolvimento do país são controlados por oligopólios, e não por monopólios. O poder de mercado desses grupos económicos e financeiros em Portugal que dominam os principais setores estratégicos é muito grande e, conseqüentemente, o poder para condicionar o crescimento económico e o desenvolvimento do país e o próprio Estado, e a sua política, por parte dos grupos económicos e financeiros, é enorme.

Um outro aspeto importante que caracteriza os grupos económicos e financeiros atuais é uma *elevada centralização do capital*, o que significa que um número muito restrito de acionistas, com participações qualificadas (participações que representam pelo menos 2% do capital do grupo), controlam esses grupos económicos, concentrando nas suas mãos um grande poder, o qual resulta também de uma elevada alavancagem (com os ativos que possuem controlam ativos 16 vezes superiores).

Segundo dados divulgados pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em relação às empresas cotadas na bolsa, que incluem a maioria dos grupos económicos e financeiros a operar no país, em média apenas 2,8 acionistas controlavam 59,8% do capital de cada uma dessas empresas. Na investigação que realizamos abrangendo 39 grupos económicos e financeiros concluímos que as participações qualificadas, que representam entre 33% a 100% do capital, as quais controlam de facto o grupo económicos, eram detidas, em média, apenas por 3,7 acionistas. Portanto, a concentração da produção, traduzida em poder de mercado, está associada a uma elevada centralização do capital, traduzida no facto de um reduzido número de acionistas controlarem de facto os grupos económicos e financeiros que operam no país.

Este poder é ainda reforçado pelas participações cruzadas entre os diversos grupos económicos e financeiros (*identificamos 56*) assim como as participações cruzadas entre grupos económicos e financeiros (pessoas coletivas) e pessoas singulares (*identificamos 119 participações pertencentes aos “25 mais ricos”*).

Existe uma outra característica importante que não só diferencia os grupos económicos e financeiros atuais dos que existiam antes do 25 de Abril, mas também define, a nosso ver, as novas características do capitalismo português e do próprio Estado. E essa característica é a *composição da estrutura acionista atual dos principais grupos económicos e financeiros que operam no nosso país*. Ela é constituída fundamentalmente por grandes grupos económicos e financeiros estrangeiros, alguns deles empresas estatais (ex. China, Dubai, Oman, Noruega), e outros fazendo parte do grupo das 1318 grupos

transnacionais que controlam 60% da economia mundial. As empresas públicas após a sua privatização caíram imediatamente ou pouco depois sob o controle de grupos económicos estrangeiros ou transnacionais.

Tomando como base uma amostra constituída por 29 grupos que operam em Portugal, e calculando médias, mas não esquecendo as incorreções que elas contêm, conclui-se que as participações qualificadas representam, em média, 56% do capital total das empresas da amostra e que, em média, 64% destas participações qualificadas já se encontram sob o controle de grupos económicos e financeiros estrangeiros. Pode-se afirmar com propriedade que muitos grupos económicos “portugueses”, só têm de português apenas o nome. Esta é uma característica do capitalismo português atual e, a meu ver, do capitalismo atual global, que não deve nem pode ser ignorada pelas consequências que têm sobre a economia e a sociedade portuguesa, mas também na caracterização desta fase do capitalismo e do próprio Estado.

Um aspeto importante da estrutura acionista da maioria dos grupos económicos e financeiros dominantes é o seu carácter multinacional ou mesmo transnacional. Vários grupos, alguns transnacionais coexistem na estrutura acionista da mesma empresa, controlando participações qualificadas em cada um deles.

Uma análise mais fina, abrangendo os dois últimos anos, revela um aumento do controle estrangeiro sobre os principais grupos económicos a operar em Portugal. Entre os muitos exemplos que se podiam utilizar selecionou-se dois: um grupo financeiro (o BES), e o outro um grupo não financeiro (EDP). E os dados revelam o crescente domínio dos principais grupos económicos pelo capital estrangeiro.

Em 2012, dos 6 acionistas que controlavam as participações qualificadas do BES, 4 eram estrangeiros. Em 2013, as participações qualificadas do grupo BES eram controladas por 7 acionistas sendo 6 estrangeiros. Em 2012, as participações qualificadas do BES controlavam 60,1% do capital do grupo estando sob o controle de grupos estrangeiros 32,7%, ou seja mais de metade; em 2013, o peso das participações qualificadas aumentou para 64,9% estando sob o controle de grupos estrangeiros 38,91%, o que representa cerca de 60% do total de participações qualificadas.

Este controle dos grupos económicos e financeiros a operar em setores estratégicos da economia portuguesa por grupos grandes estrangeiros e transnacionais foi reforçado através da privatização da Aeroportos de *Portugal* (ANA), dos CTT, das áreas de saúde e de seguros do grupo Caixa, assim pela venda de outras participações que o Estado ainda detinha em empresas importantes (Rede Elétrica Nacional (REN), EDP, CIMPOR, etc.), que caíram sob o controle imediato estrangeiro, o que agravou a fragilidade da economia e do Estado e a sua dependência.

Isto determina também que os objetivos tanto estratégicos como operacionais dos grupos a operar no nosso país passaram-se a ser os dos grupos transnacionais que os controlam, não tendo nada a ver com os do país e com as necessidades de desenvolvimento dos portugueses. Este é um aspeto importante do capitalismo português e, a meu ver, das características atuais do Estado, que não deverá ser esquecido, pois ele condiciona fortemente o crescimento e o desenvolvimento em Portugal.

Efetivamente, como consequência do grande poder dos grupos económicos e financeiros a operar em Portugal, fruto também da integração de muitos deles em grandes grupos económicos transnacionais, observa-se uma crescente fragilização e submissão do Estado aos grupos económicos.

Esta tendência de submissão (reparem que não falo de “fusão”) foi agravada, por um lado, pelo elevado endividamento do Estado (a chamada dívida soberana) e, por outro lado, pelo facto do Estado ter ficado totalmente dependente no seu financiamento dos “mercados”, ou seja, dos grupos económicos e financeiros que o constituem. E isto como consequência, no caso dos países da União Europeia, da perda da soberania monetária que resultou da transferência desse poder para o Banco Central Europeu (BCE). Esta dependência total do financiamento do Estado e, em particular do Estado português, dos “mercados”, colocou o Estado de “cócaras” face aos grupos financeiros, deu-lhes um gigantesco poder não só de exploração do Estado e, consequentemente, dos contribuintes através da imposição de juros leoninos e da especulação sobre a dívida pública, mas também um grande poder para condicionar e impor políticas que servissem os seus interesses, de que é exemplo comprovativo o conhecido “Memorando da troika” que foi sucessivamente alterado de acordo com os interesses e as exigências dos credores, representados pela “troika”, que incluiu medidas aprovadas à margem da Assembleia da República, muitas delas violando a própria Constituição da República, algumas delas depois declaradas inconstitucionais pelo próprio Tribunal Constitucional.

O poder dos grupos económicos e financeiros a operar em Portugal é ainda aumentado pelo conhecido fenómeno denominado “*porta giratória*” que se materializa através de membros dos conselhos de administração dos grupos económicos que vão ocupar cargos importantes no governo (são exemplos no governo atual, os de Passos Coelho que veio do grupo FOMINVEST, o de Pires Lima que veio do grupo UNICER, e o de Paulo Macedo do grupo BCP), ou então de membros do governo que, quando abandonam as suas funções, vão ocupar lugares importantes e bem remunerados quer nos conselhos de administração de grupos económicos quer em cargos também bem remunerados em organismos internacionais (servem de exemplo recentes, o de Durão Barroso presidente da Comissão Europeia, Álvaro Santos Pereira que vai rumar para Paris para assumir a liderança do departamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o de Vitor Gaspar contratado pelo Fundo monetário Internacional (FMI)), parecendo funcionar como reconhecimento dos serviços prestados a esses grupos ou organismos.

Portanto, esta fase do capitalismo, mesmo o português, caracteriza-se por ser um capitalismo cada vez mais global, em que os principais acionistas das maioria dos grupos económicos e financeiros que operam em Portugal, são grupos transnacionais, alguns empresas pertencentes a Estados estrangeiros e outros grandes grupos económicos e financeiros operando à escala global, em que o papel do Estado, face à fragilidade perante estes grupos, é de simples serventário e executor de políticas ditadas diretamente por esses grupos ou, indiretamente, por organismos internacionais que representam e defendem os seus interesses, como são o FMI, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, mesmo a OCDE, etc. Este é a face dupla que caracteriza e define o capitalismo na fase atual, um capitalismo global, controlado por grupos transnacionais, a maioria deles com mais poder que muitos Estados nacionais, os quais se encontram

numa posição de submissão, sendo simples serventuários de políticas que sirvam e defendam os interesses desses grupos.

E temos assim, como consequência inevitável de tudo isto, em Portugal um Estado frágil, dependente e submisso aos grupos económicos e financeiros quando, perante a globalização crescente e o aumento das ameaças de todo o tipo, precisamos é de um Estado forte que defenda a soberania nacional, capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento sustentado do país, e que defenda os portugueses das ameaças e ataques constantes a uma vida com um mínimo de dignidade humana. Mas isso é incompatível com o domínio crescente dos grandes grupos económicos e financeiros que operam em Portugal controlados, na sua esmagadora maioria, já por grupos estrangeiros e transnacionais. Readquirir essa liberdade, e construir um Estado forte que defenda os interesses nacionais e ao serviço da maioria da população pressupõe a liquidação daquele domínio, pela via de nacionalizações ou de uma regulamentação e de uma supervisão muito diferentes, só possíveis se o Estado não estiver, como acontece atualmente, total e exclusivamente submetido aos interesses dos grupos económicos e financeiros.

Mas para que essas mudanças sejam possíveis é indispensável um forte combate ideológico com o objetivo de ganhar a maioria dos portugueses para a necessidade liquidar o domínio dos grupos económicos sobre a economia e a sociedade portuguesa e sobre o Estado, pois só assim é que será possível um crescimento económico equilibrado e sustentado e construir um país mais justo e igualitário, o que pressupõe um forte combate ideológico para tornar isso claro para os portugueses, o que exige, a meu ver, uma análise e num conhecimento concreto e profundo da economia e da sociedade portuguesa e das características e papel do Estado atual. A minha intervenção pretende apenas ser um pequeno contributo com esse objetivo.

Referências:

ROSA, E. *Os Grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização*. Lisboa: Editora Página a Página, 2013.

Notas:

¹ Esta intervenção tem como base uma investigação realizada durante 4 anos e publicada em livro: “Os Grupos económicos e o desenvolvimento em Portugal no contexto da globalização” – Eugénio Rosa – Editora Página a Página. Intervenção realizada no II Congresso Internacional Marx em Maio, realizado nos dias 08, 09 e 10 de maio na Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, em Lisboa.

² Economista. E-mail: edr2@netcabo.pt.

Recebido em: 05/2014

Publicado em: 12/2014.